

Resumo dos Principais Eventos

CENÁRIO ECONÔMICO

A atividade econômica seguiu em desaceleração gradual no segundo trimestre, com os dados vindo abaixo do esperado pelo mercado. Assim, o consenso do mercado revisou para menor o crescimento do PIB neste período, embora tenha alterado para cima o crescimento do ano de 2025 na margem, de 2% para 2,2%, devido à aceleração do crédito às famílias por meio do novo crédito consignado ao setor privado.

Os dados de atividade econômica vieram ligeiramente abaixo do esperado pelo consenso de mercado no 2T25. As indústrias de equipamentos de transporte e papel e celulose seguiram em recuperação, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM). No entanto, os segmentos mais cíclicos apresentaram desaceleração após dois trimestres consecutivos de estagnação. Apesar da criação de vagas de emprego, as vendas no varejo ficaram abaixo do esperado, conforme os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Apesar da resiliência no volume de serviços demonstrada na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), as surpresas positivas se concentraram nos serviços de tecnologia da informação e transporte aéreo, com desaceleração dos demais serviços demandados pelas famílias.

Em junho, a produção industrial nacional variou +0,1% frente a maio. Em relação a junho de 2024 houve queda de 1,3%. O acumulado do ano é de +1,2% e nos últimos 12 meses alcançou +2,4%. A evolução do índice na média móvel trimestral mostrou variação negativa de 0,4%. Entre as categorias econômicas, bens de consumo semi e não duráveis (-1,9%) e bens de consumo duráveis (-1%) tiveram taxas negativas. Já os segmentos de bens de capital (+0,2%) e bens intermediários (+0,2%) apontaram resultados positivos em junho.

Em maio, última PMC divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o presente, o volume de vendas do comércio varejista variou -0,2% frente a abril e a média móvel trimestral foi de +0,1%. Frente a maio de 2024, o volume de vendas cresceu 2,1% e no acumulado de 12 meses foi de +3%. No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, peças e materiais de construção, o volume de vendas cresceu 0,3% em maio e a média móvel trimestral teve crescimento nulo (0%). Em maio, a PMS mostrou que o volume de serviços variou +0,1% frente ao mês anterior. No acumulado do ano é de +2,5%, +3% em 12 meses e +0,3% na média móvel trimestral.

O emprego evoluiu no segundo trimestre e no ano, apesar da desaceleração dos segmentos mais cíclicos da economia. Houve a criação de 166.621 empregos com carteira assinada em junho, segundo dados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O destaque foi para o setor de Serviços, com 77.057 novas vagas. O Comércio criou 32.938 empregos, seguido da Agropecuária (25.833), Indústria (20.105) e a Construção Civil (10.665). No primeiro semestre houve a criação de 1.225.591 empregos formais. Por outro lado, os rendimentos mostraram sinais de acomodação. Os rendimentos nominais dos trabalhadores do setor privado com carteira assinada cresceram 0,1% no trimestre, ficando 28% acima do rendimento médio dos trabalhadores sem carteira, o menor valor da série histórica. Além disso, os salários médios de contratação também mostraram uma desaceleração com queda real no ano.

Relativamente às concessões de crédito houve contração de 3,1% na passagem de maio para junho, dando continuidade à queda de 2,3% observada no mês anterior. Com este resultado, a média móvel trimestral saiu de +0,8% em maio para -0,5% em junho, sugerindo tendência de perda de dinamismo nas concessões, em linha com o atual cenário de política monetária restritiva. Haja vista a entrada em vigor do consignado privado para empregados com carteira assinada, o crédito pessoal não consignado avançou 17,4% a/a, cartão de crédito à vista aumentou 8,1% a/a e o cheque especial evoluiu 11,6% a/a. Em contrapartida, as principais baixas foram nas concessões de crédito consignado para os beneficiários do INSS (-63,6% a/a), crédito consignado para servidores públicos (-8% a/a) e crédito renegociado (-9,3% a/a).

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) assinalou expansão mensal de 0,5% em junho, totalizando R\$6,7 trilhões. Esse desempenho decorreu, basicamente, dos incrementos de 0,6% no crédito destinado às empresas e de 0,4% às famílias, que somaram R\$2,5 trilhões e R\$4,1 trilhões, respectivamente. Em 12 meses, o saldo das operações de crédito do SFN em junho apresentou menor ritmo de crescimento em relação ao observado no mês anterior, com incremento de 10,7% ante 11,8%, tendo em

vista o ciclo de aperto monetário que se vivencia. Por segmento, observadas as mesmas bases de comparação, o crédito às pessoas jurídicas e o crédito às pessoas físicas registraram arrefecimento, com altas de 8,8% ante 10,9% e de 11,9% ante 12,4%, nessa ordem.

No contexto de taxa de juros e inflação elevadas, as taxas de inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) se sustentaram em patamar historicamente elevado. No crédito livre, a elevação vista no segmento das pessoas físicas (+0,2 p.p., para 6,3%) contrastou com a estabilidade observada na inadimplência das pessoas jurídicas (3,1%). No que diz respeito ao endividamento das famílias, esta registrou alta de 0,1 p.p. e de 1,4 p.p. em 12 meses para 49%. Na mesma direção, o comprometimento da renda avançou 0,4 p.p. e 1,9 p.p. em 12 meses, alcançando o nível de 27,8%, o maior nível desde maio de 2023.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho registrou alta de +0,24% m/m (5,35% a/a), um pouco acima das expectativas de mercado (+0,20% m/m). A surpresa altista, no entanto, foi explicada por segmentos mais voláteis e que não compõem os principais núcleos de inflação, com o resultado apresentando uma composição melhor que o esperado pelo consenso. Em junho, o Banco Central (BC) decidiu, de forma unânime, elevar a Selic em 0,25%, de modo que, a taxa atingiu o patamar de 15% a.a., enquanto as expectativas de mercado estavam divididas entre a manutenção e o aumento.

O comunicado da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) que deliberou pela subida dos juros foi mais firme que o esperado pelo mercado, tendo em vista que adicionou a palavra bastante na frase “política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado”. Por outro lado, o comitê manteve o balanço de riscos simétrico, em função do risco baixista vindo dos preços das *commodities*, o único ponto mais ameno do comunicado, mas já enunciado na reunião de maio.

A projeção para o IPCA de 2025 divulgada no último Boletim Focus do mês de junho é de 5,20% ao passo que ao término do primeiro trimestre era de 5,65%, após algumas leituras de inflação melhores do que o esperado. Preços mais baixos de *commodities*, em particular, as agropecuárias como boi gordo, milho e café também contribuíram para as revisões baixistas. A dinâmica está relativamente benigna para a inflação de serviços por conta de surpresas baixistas nos bens industriais, apreciação cambial, sinais incipientes de moderação da atividade econômica e uma postura mais firme do BC. Apesar da revisão de inflação para baixo, o BC destacou as expectativas seguem desancoradas, tendo em vista que o centro da meta de inflação é de 3%.

O superávit da balança comercial acumulado em 12 meses recuou de US\$ 74 bilhões no fim de 2024 para US\$ 63 bilhões em junho, refletindo principalmente o crescimento das importações (+10% a/a). Apesar de sinais de moderação no início do 2T25, o volume importado reacelerou em junho, com destaque para bens de consumo. As exportações, por outro lado, seguiram próximas aos recordes dos anos recentes, com a queda de preços compensada por maior volume.

Apesar da melhora relativa entre entradas de capitais estrangeiros e saídas de residentes no primeiro trimestre, o fluxo líquido de dólares voltou a aumentar a partir de maio. O fluxo financeiro apresentou saídas próximas a US\$ 8 bilhões por mês em maio e junho, compensadas parcialmente pelo fluxo comercial. Como resultado da forte saída do segmento financeiro e menor entrada do segmento comercial, o fluxo cambial líquido acumulou um saldo de US\$ -15,6 bilhões no ano e US\$ -47,6 bilhões em 12 meses. Segundo o último Boletim Focus divulgado em junho a projeção da taxa de câmbio é de R\$5,70/US\$ no final de 2025. Vale ressaltar que o real apreciou 12% no primeiro semestre do ano acompanhado de uma queda de 11% no DXY, índice que mede a variação do dólar norte-americano em relação a uma cesta de moedas, refletindo a atual política comercial dos EUA e o elevado diferencial de juros entre Estados Unidos e Brasil.

O setor público consolidado (Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, além das empresas estatais) apresentou déficit primário de R\$ 47,1 bilhões em junho, vindo abaixo do piso das estimativas de mercado de -R\$46,6 bilhões. O resultado consolidado no mês foi decorrente da combinação entre os déficits primários de R\$ 43,5 bilhões, R\$ 954 milhões e R\$ 2,6 bilhões do governo federal, dos entes subnacionais e das empresas estatais, respectivamente. Os principais desvios em relação à expectativa para o mês ficaram por conta dos desempenhos mais negativos observados nas estatais e nos entes subnacionais. Por outro lado, no acumulado em 12 meses, o setor público consolidado obteve um superávit primário de R\$ 17,9 bilhões (0,15% do PIB).

O aumento da arrecadação federal se deu por conta da atividade econômica ainda resiliente, do mercado de trabalho apertado, o descasamento entre os calendários de pagamento de precatórios entre 2024 e 2025 e da aprovação mais tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 que permitiu uma

execução mais lenta de despesas ao longo dos primeiros meses do ano. Apesar disso, o mercado entende que a dinâmica de crescimento de despesas obrigatórias acima da regra autorizada pelo arcabouço fiscal e o pagamento de precatórios deverão manter o ajuste fiscal desafiador para fins de cumprimento da meta de resultado primário do ano. Assim, corrobora a expectativa do consenso de que uma estabilização da dívida pública não será alcançada nos próximos anos.

Nos Estados Unidos (EUA), a surpresa altista da inflação vista no índice de preços de gastos com consumo (*Personal Consumption Expenditures - PCE*) de maio configurou o primeiro sinal do repasse da guerra das tarifas para os preços. Além disso, a inflexão apresentada pelas métricas de renda e gastos pessoais, que apresentaram contração no mesmo mês, reforçou a tese dos efeitos da guerra tarifária sobre os dados da economia norte-americana. O principal fator que permitiu ao banco central norte-americano (FED) adotar a estratégia de esperar o efeito das tarifas se materializar sobre a inflação antes de promover redução na taxa de juros foi a resiliência apresentada pelos dados do mercado de trabalho. No entanto, esse cenário pode se alterar principalmente após as revisões baixistas de abertura de novas vagas de trabalho relativamente aos meses de maio e junho. Em relação a política comercial dos EUA, a visão do mercado é de que a incerteza global continuará a melhorar à medida que novos acordos bilaterais forem sendo assinados e que os EUA saíam vencedores.

Na China, o Índice de Gerente de Compras (*Purchasing Managers Index - PMI*) de junho, o primeiro após a trégua tarifária firmada em maio entre China e EUA foi de 49,7. Embora ainda abaixo da linha dos 50 pontos, que separa expansão de contração, o resultado representa uma leve melhora em relação a maio (49,5), indicando uma contração menos acentuada. A China parece relativamente satisfeita com a posição comercial do país, pois Pequim acredita que possui poder de barganha nas negociações com os EUA, visto que é o maior produtor de minerais de terras raras do mundo que são essenciais na fabricação de equipamentos de alta tecnologia, incluindo equipamentos militares, haja vista que contribuem com quase 90% da oferta global.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu com o ciclo de afrouxamento monetário, chegando à oitava redução de taxa de juros desde junho do ano passado. Embora a inflação em 12 meses tenha atingido 1,9% em maio, o BCE espera que os preços devam se estabilizar em torno da meta de 2% ao longo desse ano, com expectativas bem ancoradas e a taxa básica de juros alcançado 2% a.a. Adicionalmente, o BCE espera que a incerteza comercial pese sobre o investimento empresarial e a decisão de consumo, além de prejudicar as exportações do bloco no curto prazo. Em contrapartida, o maior investimento público, principalmente no setor de defesa, e a surpresa positiva com o crescimento econômico da Zona do Euro no primeiro trimestre fizeram com que a autoridade monetária europeia optasse por não revisar a sua projeção de avanço do PIB deste ano (0,9%).

PLANO I

No segundo trimestre, o Plano I apresentou rentabilidade acumulada de +2,09% contra a meta atuarial de +2,23%, ficando 0,14 ponto percentual abaixo do índice de referência no período (INPC+4,70% a.a.).

O principal segmento que contribuiu de forma positiva para a performance do plano foi o de Operações com Participantes, que registrou rentabilidade de +4,32% no período, seguido de Renda Fixa (+2,19%), Imobiliário (+0,48%) e Investimentos Estruturados (-0,74%). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice que mede a inflação, ficou relativamente estável na passagem de maio para junho da alta de 0,26% para 0,24%, no entanto, acima do consenso de mercado de 0,20%. No ano, o IPCA acumula alta de 2,99% e, nos últimos 12 meses, o referido índice está em 5,35%.

Em termos de perspectivas para a inflação, segundo o relatório Focus, publicado no dia 30 de junho, a projeção para o IPCA de 2025 é de +5,20%. Para 2026 e 2027 é de +4,50% e +4,00%, respectivamente, enquanto, para 2028 a projeção é de +3,83%. Todas as projeções estão distantes do centro da meta de inflação de +3%. Pela ótica fiscal, o Focus projeta que a dívida pública em relação ao PIB se eleve no mesmo período.

Dada a discordância entre política fiscal expansionista e monetária contracionista a fim de controlar a inflação, o Banco Central (BC) em sua reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de junho, anunciou mais uma elevação de juros de 0,25%, levando a taxa Selic para o patamar de 15% a.a. A decisão foi unânime entre os diretores do BC. Além disso, o COPOM sinalizou o fim do ciclo de alta de juros e indicou que a taxa Selic ficaria em território contracionista por um período bastante prolongado.

PLANO II

No segundo trimestre, a rentabilidade acumulada do Plano II foi de +2,95% contra a meta atuarial, no mesmo período, de +2,06%, resultado 0,89 ponto percentual acima do índice de referência no período (INPC+4,00% a.a.).

O principal segmento que contribuiu de forma positiva para a performance do plano foi o de Renda Variável, que registrou rentabilidade de +9,35% no período, seguido de Operações com Participantes (+4,03%), Renda Fixa (+2,68%), Investimentos no Exterior (+2,56%), Imobiliário (+0,97%) e Investimentos Estruturados (-3,04%).

O forte desempenho do segmento de renda variável local se deu por conta da confiança de que o mercado de ações poderia ser beneficiado pelo deslocamento de fluxo para o Brasil de recursos antes destinados aos Estados Unidos (EUA) devido ao aumento das tarifas. O investidor estrangeiro foi o destaque positivo de aplicação de recursos com saldo positivo de R\$27 bilhões na bolsa brasileira até o final de junho. Em contrapartida a se observou a contínua retirada de dinheiro por parte dos investidores institucionais com saldo negativo de R\$31,5 bilhões no ano até o último pregão do referido mês.

O S&P500 valorizou 10,57% no 2T25, atingindo a máxima histórica em uma demonstração de força, visto que desde o pior momento do ano o referido índice já recuperou +24% dada a retomada da confiança pelo mercado na economia norte-americana. No mercado de câmbio, o real se valorizou 4,96% no segundo trimestre em relação ao dólar. Tal comportamento se explica tanto pela desvalorização do dólar globalmente em relação às principais moedas quanto pela elevação da taxa Selic que ampliou ainda mais o diferencial de juros entre Brasil e EUA.

No mercado de renda fixa local, o destaque foi a decisão da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de junho de elevar a taxa Selic em 0,25%, para o patamar de 15% a.a. O movimento surpreendeu a maior parte do mercado, que precisava a probabilidade maior de manutenção. Além disso, o Banco Central implementou um discurso mais duro do que o previsto, apesar de ter sinalizado o encerramento do ciclo de alta dos juros. Assim, foi enfatizada a intenção de manutenção da taxa nesse patamar por um longo período.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

No segundo trimestre, o Plano PGA apresentou retorno acumulado de +3,34% contra o CDI de +3,33%, ficando praticamente em linha com o referido índice no período. A carteira do plano é composta por fundos e títulos soberanos de alta liquidez que rentabilizam muito próximo ao CDI. O mercado tem a perspectiva que a taxa Selic deve permanecer em patamares elevados por um período maior, o que favorece a rentabilidade dos títulos atrelados à taxa básica de juros. Nesse sentido, o Banco Central entregou mais uma alta de +0,25% da taxa Selic no mês de junho, levando-a para o patamar de 15% a.a.

O comunicado da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) sinalizou uma interrupção no ciclo de alta dos juros para avaliar os efeitos do aperto já realizado, mas enfatizou que os juros devem

permanecer restritivos por um período bastante prolongado. Assim, a curva de juros local se ajustou e projeta a taxa Selic em 15% até o primeiro trimestre de 2026.

PLANO ASSISTENCIAL

No segundo trimestre, o Plano Assistencial apresentou retorno acumulado de +3,53% contra o CDI de 3,33%, ficando 0,20 ponto percentual acima do índice de referência. A carteira é composta em grande parte por fundos de alta liquidez com retornos alinhados à meta do plano. Uma pequena parcela está investida em títulos públicos atrelados à inflação com marcação a mercado.

O Banco Central, em sua reunião de política monetária ocorrida em junho, decidiu pela elevação da taxa Selic em 0,25%, para o patamar de 15% a.a. O movimento surpreendeu a maior parte do mercado, que precificava maior probabilidade de manutenção. Além disso, o comunicado da reunião foi mais duro do que o previsto, apesar de afirmar que o plano é encerrar o ciclo de alta de juros e enfatizou a intenção da manutenção nesse patamar por período mais prolongado.

PLANO FAMÍLIA

No segundo trimestre, o Plano Metrus Família apresentou retorno acumulado de +3,28% contra o CDI de +3,33%, ficando 0,05 ponto percentual abaixo do índice de referência.

A carteira do plano possui maior parte de suas alocações em títulos públicos atrelados à taxa Selic que devem continuar apresentando retorno atrativo dada a elevação da taxa básica de juros. O Comitê de Política Monetária (COPOM) aumentou a taxa Selic em 0,25% na reunião de junho para 15% a.a., movimento que surpreendeu a maior parte do mercado que esperava a manutenção da referida taxa. A respeito dos próximos passos, o COPOM indicou uma pausa no ciclo de alta, justificando a necessidade de se avaliar os efeitos do ajuste já realizado até o presente. Assim, a leitura do mercado é que o Banco Central deve manter a taxa de juros inalterada e que o início do ciclo de cortes deve ocorrer apenas no primeiro trimestre de 2026.

A carteira de crédito bancário, por sua vez, se beneficiou de um carregamento atrativo e privilegia instituições financeiras com carteiras de crédito menos vulneráveis ao ciclo de alta de juros. Assim, se manteve a estratégia de diversificação da carteira do plano por meio de alocações em títulos bancários de instituições sólidas.

Evolução da Rentabilidade por Segmento dos Planos

PLANO I (BD)

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,89	0,94	0,76	0,48	2,19	5,15
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobiliário	0,66	0,15	0,16	0,17	0,48	1,14
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	4,56	1,53	1,36	1,36	4,32	9,07
Investimentos Estruturados	-3,14	-0,22	0,72	-1,23	-0,74	-3,85
Meta Atuarial (INPC+4,70% a.a.)	3,18	0,87	0,73	0,61	2,23	5,48
Total Plano I - BD	2,72	0,89	0,74	0,45	2,09	4,87

PLANO II (CV)

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	3,17	1,21	0,82	0,62	2,68	5,93
Renda Variável	5,85	5,43	1,83	1,85	9,35	15,75
Imobiliário	1,32	0,37	0,32	0,28	0,97	2,30
Investimentos no Exterior	-6,01	0,08	4,01	-1,47	2,56	-3,61
Operações com Participantes	4,12	1,32	1,33	1,32	4,03	8,31
Investimentos Estruturados	-0,26	-0,15	-0,27	-2,63	-3,04	-3,29
Meta Atuarial (INPC+4,00% a.a.)	3,00	0,81	0,68	0,56	2,06	5,12
Total Plano II - CV	2,87	1,35	0,99	0,58	2,95	5,90

PGA - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,66	1,03	1,16	1,11	3,34	6,45
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDI	2,67	1,06	1,14	1,10	3,34	6,41
Total PGA	2,66	1,03	1,16	1,11	3,34	6,45

PLANO ASSISTENCIAL

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,36	1,07	1,20	1,11	3,53	6,62
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDI	2,67	1,06	1,14	1,10	3,34	6,41
Total Plano Assistencial	2,36	1,07	1,20	1,11	3,53	6,62

PLANO METRUS FAMÍLIA

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,81	1,03	1,13	1,09	3,28	6,19
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meta de Rent. (CDI)	2,98	1,06	1,14	1,10	3,34	6,41
Total Plano Metrus Família	2,81	1,03	1,13	1,09	3,28	6,19

Principais Índices de Mercado

ÍNDICE	ACUM. 1º TRI	ABR/25	MAI/25	JUN/25	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Poupança	1,92	0,67	0,67	0,67	2,03	3,99
IGPM	0,99	0,24	-0,49	-1,67	-1,92	-0,95
INPC	2,00	0,48	0,35	0,23	1,06	3,08
IGP-DI	0,61	0,30	-0,85	-1,80	-2,34	-1,75
CDI	2,98	1,06	1,14	1,10	3,33	6,41
IBX-100	8,17	3,33	1,70	1,37	6,53	15,23
IBOVESPA	8,30	3,69	1,45	1,33	6,59	15,44
FIPE Saúde	1,30	1,07	1,08	0,98	3,16	4,51

Dados Estatísticos do Empréstimo Pessoal

Total de empréstimos concedidos: **2.692**

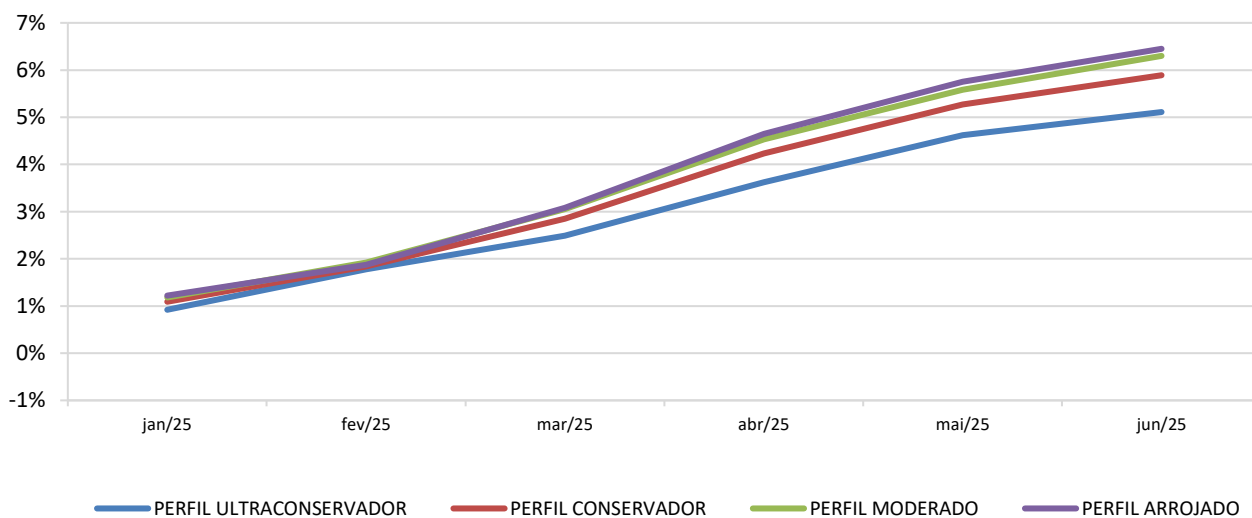
DISCRIMINAÇÃO		ABR/25	MAI/25	JUN/25
DADOS CONTÁBEIS	Total Concedido Acumulado	58.469.425,32	58.257.357,30	58.704.488,04
	Fundo de Morte/Invalidez	20.072.375,93	20.381.360,43	20.678.628,73

DISCRIMINAÇÃO		ABR/25	MAI/25	JUN/25
INADIMPLÊNCIA MENSAL	Valores cobrados no mês	2.265.473,37	2.256.362,38	2.248.639,07
	Inadimplência	46.521,17	51.625,43	46.272,12
	%	2,05%	2,29%	2,06%
INADIMPLÊNCIA ACUMULADA (EM RELAÇÃO AO VALOR CONTÁBIL)	Valores em atraso	3.437.742,55	3.410.347,84	3.387.918,59
	%	5,88%	5,85%	5,77%

Rentabilidade dos Perfis de Investimento - Plano II

MÊS	PERFIL ULTRACONSERVADOR			PERFIL CONSERVADOR			PERFIL MODERADO			PERFIL ARROJADO		
	ATIVO			ATIVO			ATIVO			ATIVO		
	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)
Jan/25	17,9319055	0,92	0,92	17,9568599	1,09	1,09	16,8653945	1,18	1,18	15,8340073	1,22	1,22
Fev/25	18,0859302	0,86	1,78	18,0905651	0,74	1,84	16,9898540	0,74	1,92	15,9358955	0,64	1,87
Mar/25	18,2106951	0,69	2,49	18,2697953	0,99	2,85	17,1777777	1,11	3,05	16,1240749	1,18	3,08
Abr/25	18,4125243	1,11	3,62	18,5144215	1,34	4,23	17,4238114	1,43	4,53	16,3700790	1,53	4,65
Mai/25	18,5893997	0,96	4,62	18,6995685	1,00	5,27	17,6001343	1,01	5,58	16,5424406	1,05	5,75
Jun/25	18,6762353	0,47	5,11	18,8093011	0,59	5,89	17,7197952	0,68	6,30	16,6520797	0,66	6,45

RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO



Alocação dos Investimentos

ALOCÇÃO POR PLANO

PLANOS	VALOR (R\$)	%
Plano I	1.570.273.052,82	41,20
Plano II	2.059.750.251,06	54,04
PGA - Plano de Gestão Administrativa	42.493.850,81	1,11
Plano Assistencial	131.862.990,66	3,46
Plano Metrus Família	7.238.053,50	0,19
Total	3.811.618.198,85	100,00

SEGMENTO DE INVESTIMENTO POR PLANO

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	1.473.673.385,05	93,85
Renda Variável	47.629,92	0,00
Imobiliário	63.720.238,68	4,06
Operações com Participantes	9.341.582,94	0,60
Investimentos Estruturados	23.490.216,23	1,50
Total	1.570.273.052,82	100,00

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	1.776.955.764,99	86,27
Renda Variável	101.728.399,26	4,94
Imobiliário	28.261.315,29	1,37
Investimentos no Exterior	83.737.521,70	4,07
Operações com Participantes	49.362.905,10	2,39
Investimentos Estruturados	19.704.344,72	0,96
Total	2.059.750.251,06	100,00

PGA - Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	42.493.850,81	100,00
Total	42.493.850,81	100,00

Plano Assistencial

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	131.862.990,66	100,00
Total	131.862.990,66	100,00

Plano Metrus Família

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	7.238.053,50	100,00
Total	7.238.053,50	100,00

Consolidado

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	3.432.224.045,01	90,05
Renda Variável	101.776.029,18	2,67
Imobiliário	91.981.553,97	2,41
Investimentos no Exterior	83.737.521,70	2,20
Operações com Participantes	58.704.488,04	1,54
Investimentos Estruturados	43.194.560,95	1,13
Total	3.811.618.198,85	100,00

RENDA FIXA – DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	1.135.587.745,76	77,06	72,32
Secretaria do Tesouro Nacional	1.135.587.745,76	77,06	72,32
TÍTULOS PRIVADOS	106.864.317,25	7,25	6,81
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	100.359.271,75	6,81	6,39
Banco ABC Brasil	25.912.130,82	1,76	1,65
Banco Bradesco	25.900.385,04	1,76	1,65
Banco Daycoval	6.761.537,69	0,46	0,43
Paraná Banco	41.785.218,20	2,84	2,66
CERTIFICADO DE CRÉDITOS BANCÁRIOS	6.505.045,50	0,44	0,41
New Energy	6.505.045,50	0,44	0,41
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	182.724.535,61	12,40	11,64
RENDA FIXA	176.947.679,24	12,01	11,27
Bradesco RF DI Federal Extra	43.027.159,62	2,92	2,74
METRUS 1 FI Renda Fixa	123.105.506,60	8,35	7,84
VINCI PARTNERS	10.815.013,02	0,73	0,69
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	5.776.856,37	0,39	0,37
Banco BVA	158.352,12	0,01	0,01
VINCI PARTNERS	5.618.504,25	0,38	0,36
Outros	48.496.786,43	3,29	3,09
Outros Direitos a Receber	48.496.786,43	3,29	3,09
Total	1.473.673.385,05	100,00	93,85

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	1.277.125.490,50	71,87	62,00
Secretaria do Tesouro Nacional	1.277.125.490,50	71,87	62,00
TÍTULOS PRIVADOS	311.097.427,83	17,51	15,10
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	298.910.655,60	16,82	14,51
BANCO ABC Brasil	40.051.197,66	2,25	1,94
Banco Bradesco	89.532.877,62	5,04	4,35
Banco Daycoval	33.906.964,73	1,91	1,65
Banco Safra	63.389.094,57	3,57	3,08
Paraná Banco	39.204.755,03	2,21	1,90
Banco BTG Pactual	32.825.765,99	1,85	1,59
DEBÊNTURES	12.186.772,23	0,69	0,59
Rota das Bandeiras	12.186.772,23	0,69	0,59
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	146.947.765,76	8,27	7,13
RENTA FIXA	135.639.225,58	7,63	6,59
ARX METRUS 2 FI RF CP	82.345.096,38	4,63	4,00
Bradesco RF DI Federal Extra	31.664.085,78	1,78	1,54
VINCI PARTNERS	21.630.043,42	1,22	1,05
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	11.308.540,18	0,64	0,55
Banco BVA	71.577,49	0,00	0,00
VINCI PARTNERS	11.236.962,69	0,63	0,55
Outros	41.785.080,90	2,35	2,03
Outros Direitos a Receber	41.785.080,90	2,35	2,03
Total	1.776.955.764,99	100,00	86,27

PGA - Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	4.018.887,25	9,46	9,46
RENTA FIXA	3.967.791,20	9,34	9,34
Bradesco RF DI Federal Extra	3.967.791,20	9,34	9,34
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	51.096,05	0,12	0,12
Banco BVA	13.653,94	0,03	0,03
VINCI PARTNERS	37.442,11	0,09	0,09
Outros	24.044.912,52	56,58	56,58
Outros Direitos a Receber	24.044.912,52	56,58	0,57
Total	42.493.850,81	100,00	100,00

Plano Assistencial

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	76.075.776,16	57,69	57,69
Secretaria do Tesouro Nacional	76.075.776,16	57,69	57,69
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	55.787.214,50	42,31	42,31
REFERENCIADO	55.566.512,00	42,14	42,14
Bradesco RF DI Federal Extra	55.566.512,00	42,14	42,14
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	220.702,50	0,17	0,17
Banco BVA	70.934,12	0,05	0,05
VINCI PARTNERS	149.768,38	0,11	0,11
Total	131.862.990,66	100,00	100,00

Plano Metrus Família

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICO	6.183.604,03	85,43	85,43
Secretaria do Tesouro Nacional	6.183.604,03	85,43	85,43
TÍTULOS PRIVADOS	561.299,42	7,75	7,75
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	561.299,42	7,75	7,75
Banco ABC Brasil	137.607,01	1,90	1,90
Banco Inter S.A	213.746,42	2,95	2,95
Paraná Banco	209.945,99	2,90	2,90
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	493.150,05	6,81	6,81
RENTA FIXA	493.150,05	6,81	6,81
Bradesco RF DI Federal Extra	493.150,05	6,81	6,81
Total	7.238.053,50	100,00	100,00

RENDA VARIÁVEL - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
AÇÕES	47.629,92	100,00	0,00
Dividendos	47.629,92	100,00	0,00
Total	47.629,92	100,00	0,00

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
AÇÕES	33.970,08	0,03	0,00
Dividendos	33.970,08	0,03	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	101.694.429,18	99,97	4,94
Guepardo INST FIC FIA	16.194.120,53	15,92	0,79
Itau VE IB IN FICFIA	27.726.917,19	27,26	1,35
Navi INST M FICFIA	16.877.842,10	16,59	0,82
Oceana Valor 30 FICFIA	22.643.668,78	22,26	1,10
Tarpon GT 60 FIC DE FIA	18.251.880,58	17,94	0,89
Total	101.728.399,26	100,00	4,94

IMOBILIÁRIO - DIVERSIFICAÇÃO POR INVESTIMENTO

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
IMÓVEIS	63.720.238,68	100,00	4,06
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé	36.950.930,68	57,99	2,35
Condomínio Panamby (em construção)	26.769.308,00	42,01	1,70
Total	63.720.238,68	100,00	4,06

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
IMÓVEIS	28.261.315,29	100,00	1,37
Shopping Metrô Itaquera	28.261.315,29	100,00	1,37
Total	28.261.315,29	100,00	1,37

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	83.737.521,70	100,00	4,07
SCHRODER PLAN II FIM	83.737.521,70	100,00	4,07
Total	83.737.521,70	100,00	4,07

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano I

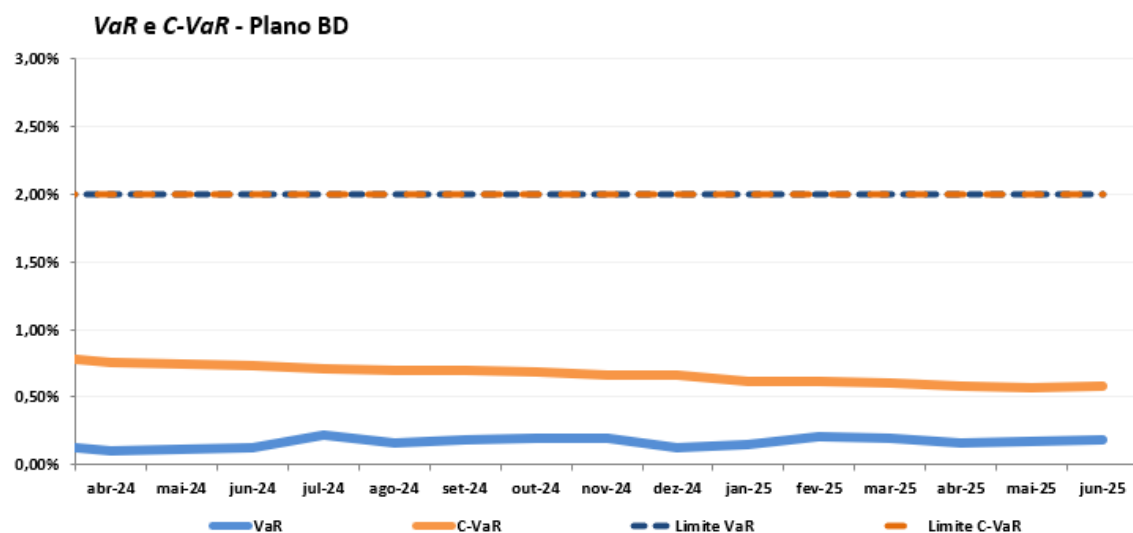
SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	23.490.216,23	100,00	1,50
FIP BVEP Plaza	1.893.529,63	8,06	0,12
FIP Florestas do Brasil	4.458.343,02	18,98	0,28
FIP Inseed FIMA	1.525.839,00	6,50	0,10
Signal Capital FIC FI Participações	7.657.798,52	32,60	0,49
Investidores Institucionais III	409.478,60	1,74	0,03
Multiner FIP	2.901,61	0,01	0,00
P2 Brasil Infraestrutura III FIQFIP	4.620.751,51	19,67	0,29
Industrial Parks	656.114,34	2,79	0,04
Stratus SCP Brasil FIP	2.265.460,00	9,64	0,14
Total	23.490.216,23	100,00	1,50

Plano II

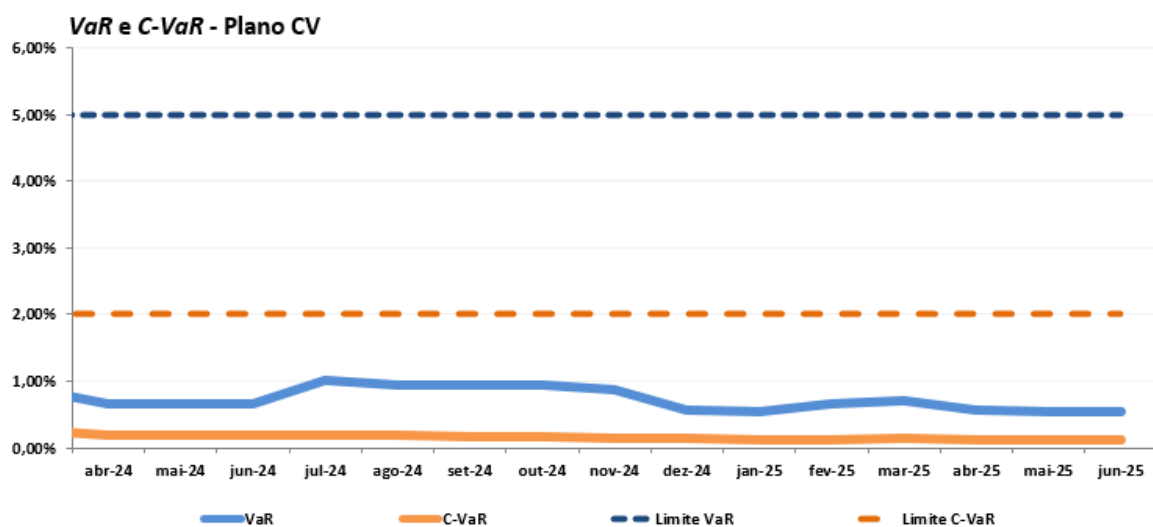
SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	19.704.344,72	100,00	0,96
Copa Florestal III FIP	339.268,60	1,72	0,02
FIP BVEP Plaza	1.262.353,09	6,41	0,06
FIP Florestas do Brasil	1.377.986,59	6,99	0,07
FIP Inseed FIMA	1.017.226,23	5,16	0,05
Signal Capital FIC FI Participações	3.944.926,53	20,02	0,19
Investidores Institucionais II	238.879,59	1,21	0,01
P2 Brasil Infraestrutura FIQFIP	6.665.630,55	33,83	0,32
P2 Brasil Infraestrutura III FIQFIP	2.311.435,86	11,73	0,11
Industrial Parks	281.177,71	1,43	0,01
Stratus SCP Brasil FIP	2.265.460,00	11,50	0,11
Total	19.704.344,72	100,00	0,96

Monitoramento de Riscos de Mercado e Crédito

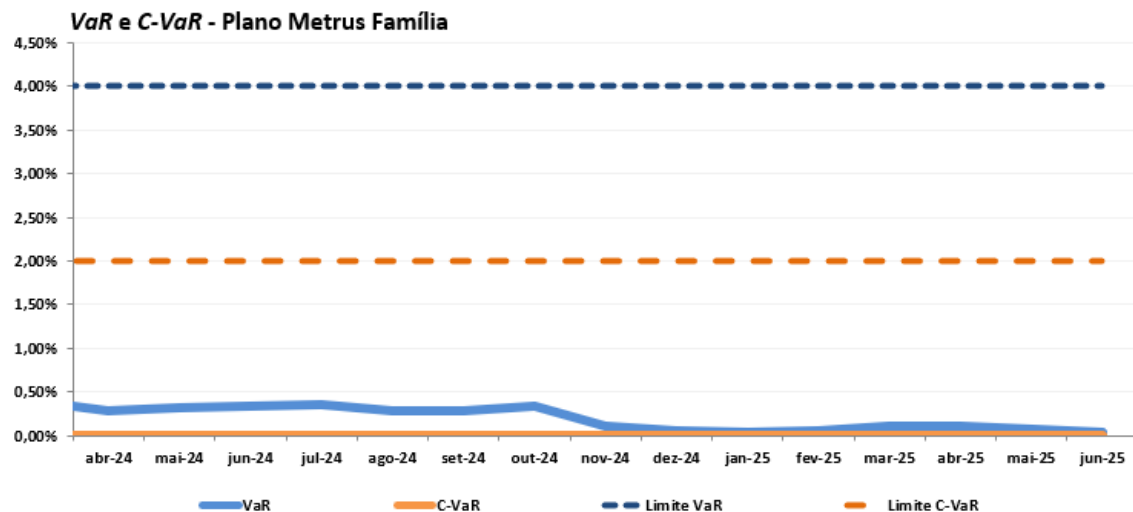
PLANO I



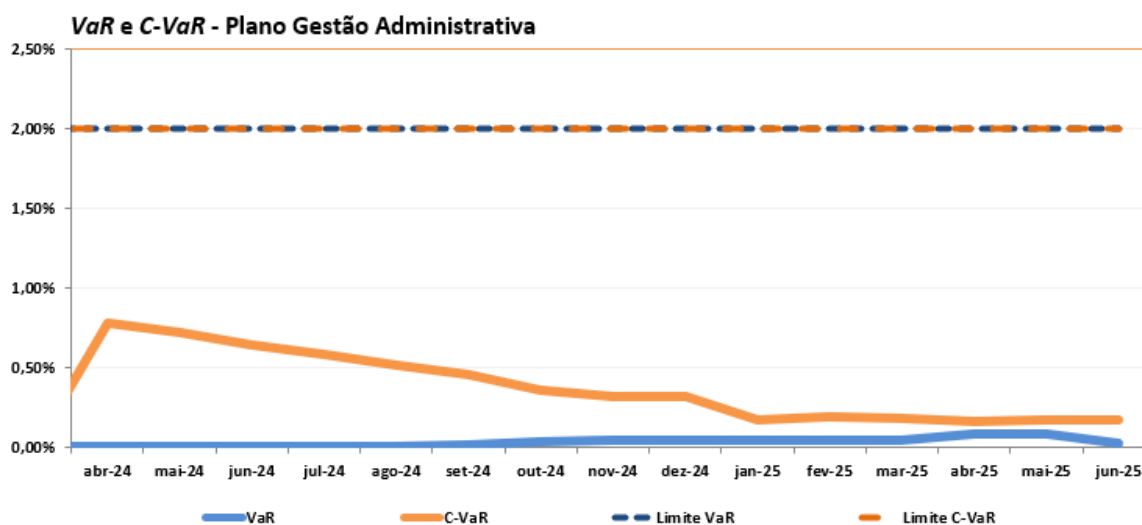
PLANO II



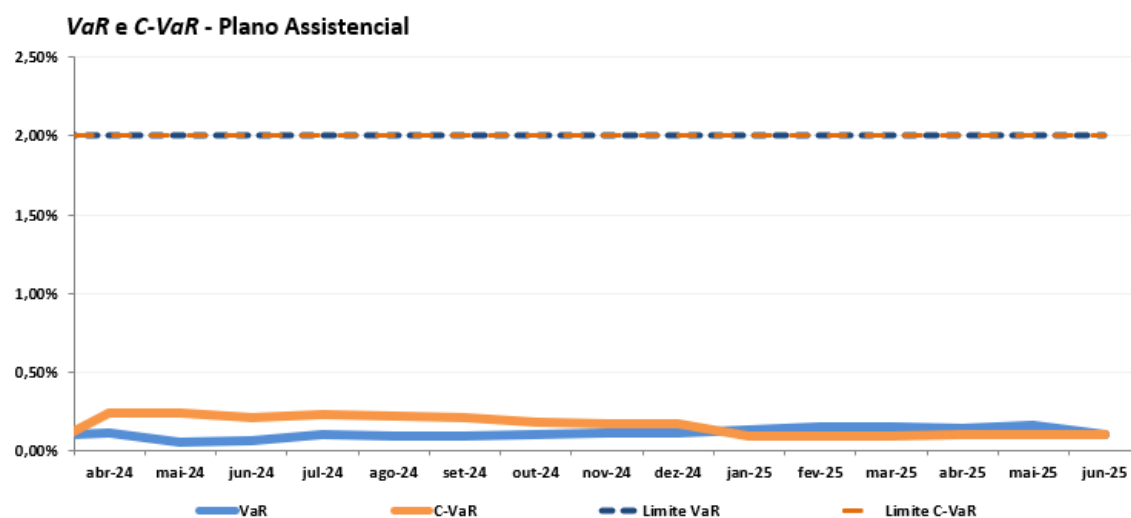
PLANO METRUS FAMÍLIA



PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



PLANO ASSISTENCIAL



Comentário: O Risco de Mercado (*VaR*) e de Crédito (*C-VaR*) de todos os Planos encerraram o 2º trimestre de 2025 respeitando os limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos.